



Oxicur Participações S.A.

CNPJ nº 41.820.804/0001-14

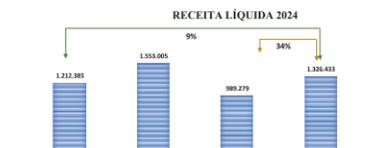
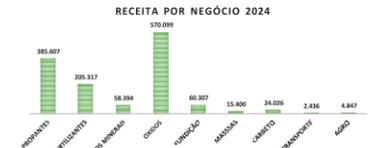
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2024



Mensagem do Presidente: A Oxicur Participações S.A. é uma holding de participações que investe em outras companhias operacionais e tem seu resultado composto essencialmente por Resultado de Equivalência Patrimonial (REP), apurado a partir do lucro líquido de suas empresas investidas.

isso a dívida líquida é zero no final de 2024, com caixa líquido de R\$ 92,5 milhões em 2024 contra R\$ 107,4 milhões em 2023. A performance consolidada por linha de negócios reflete a diversificação estratégica do portfólio, apresentamos abaixo análise detalhada do desempenho, destacando fatores que influenciaram o resultado consolidado.

geopolítica global, incluindo tensões comerciais entre os EUA e a China pode influenciar o comércio internacional e os fluxos de investimentos, além de questões protecionistas, mas também abre espaço para novos acordos em outras regiões.



- Sebastião Curimbaba Presidente Oxicur Participações DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO
Venda de Óxidos: R\$ 570 milhões de Receitas 18% vs 2023
Venda de Propantes: R\$ 386 milhões de Receitas 125% vs 2023
Venda de Fertilizantes: R\$ 205 milhões de Receitas 18% vs 2023
Venda de Carbetos: R\$ 24 milhões de Receitas -33% vs 2023
Venda de Fundição: R\$ 60 milhões de Receitas -0,3% vs 2023
Receita Líquida: R\$ 1.326 bilhões 34% vs 2023
EBITDA ajustado: R\$ 163 milhões 324% vs 2023
Lucro Líquido: R\$ 100 milhões 554% vs 2023
CAPEX: R\$ 50 milhões 75% vs 2023
Capital de Giro: R\$ 627 milhões 25% vs 2023
Caixa: R\$ 300 milhões 0,2% vs 2023
Caixa líquido: R\$ 93 milhões -14% vs 2023

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E INDIVIDUAIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

Table with columns: Ativo, Circulante, Não circulante, Passivo e patrimônio líquido, Circulante, Não circulante, Demonstração de Resultados, Operações continuadas, Operações descontinuadas, Lucro líquido (prejuízo) do exercício, Atribuível à: Acionistas da Companhia, Participação dos não controladores.

Table: DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO. Columns: Saldos em 31/12/2022, Saldos em 31/12/2023, Saldos em 31/12/2024. Rows: Resultado abrangente do exercício, Variação cambial de investidas no exterior, Destinações do lucro líquido do exercício, Reserva legal, Reserva de lucros, Destinação de dividendos (Nota 24).

Table: DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA. Columns: Fluxos de caixa das atividades operacionais, Fluxos de caixa das atividades de investimentos, Fluxos de caixa das atividades de financiamentos. Rows: Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento das operações continuadas, Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento descontinuadas, Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento, Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E INDIVIDUAIS
1. Contexto operacional: As atividades da Oxicur Participações S.A. ("Oxicur", "Companhia" ou "Grupo") compreendem basicamente a administração de bens próprios e a construção e comércio de bens imóveis, podendo ainda participar em outras sociedades.
2. Base para consolidação: As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Controladora, de sua controlada direta, Mineração Curimbaba Ltda., e das controladas indiretas (Nota 1). Na consolidação foram eliminadas as participações da Controladora nos patrimônios líquidos das controladas, bem como os saldos de ativos e passivos, receitas, custos, despesas e lucros não realizados, decorrentes de transações efetuadas entre as empresas.



continuação

transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. **2.3 Mudança nas políticas contábeis e divulgações:** (a) **Novos requisitos de divulgação e mudanças nas políticas contábeis:** As seguintes alterações de normas contábeis são aplicáveis para os exercícios iniciados a partir de 01/01/2024: • Alterações ao IAS 1 - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes e Passivos Não Circulantes com Covenants; • Alterações ao IFRS 16 - Passivo de Arrendamento em uma Venda e Leaseback; e • Alterações ao IAS 7 e IFRS 7 - Acordos de Financiamento de Fornecedores. As principais alterações efetuadas em relação às demonstrações financeiras de 2023, encontram-se descritas a seguir: • Atualização da Nota 2.1 para incorporar as normas contábeis vigentes para exercícios financeiros iniciados a partir de 01/01/2024. • Atualização da Nota 2.1 (d) - Reforma Tributária de consumo. • Atualização da Nota 4.2 sobre Gestão de Capital e Cumprimento de Cláusulas Restritivas (covenants), com impacto de atualização na Nota 2.11. • Atualização da Nota 2.19 para incorporar as novas normas contábeis já emitidas, mas que ainda não estão em vigor. (b) **Impacto do ambiente geopolítico e macroeconômico:** Os conflitos geopolíticos continuam provocando mudanças significativas no cenário de risco global, bem como impacto econômico generalizado tanto nas regiões diretamente afetadas quanto globalmente onde as empresas se envolvem em atividades econômicas transfronteiras. O Grupo considerou cuidadosamente suas exposições diretas e indiretas a conflitos geopolíticos e fornecer as divulgações necessárias de maneira que seja apropriadamente adaptada às suas circunstâncias individuais. Além disso, altas taxas de inflação, assim como altas taxas de juros podem ser uma fonte significativa de incerteza de estimativa e podem ter um impacto material no valor contábil de ativos e passivos. Para uma série de jurisdições, picos recentes na inflação e nas taxas de juros podem estar se estabilizando ou até mesmo diminuindo, o que pode exigir atualizações na divulgação decorrente de redução na volatilidade. Não foi necessário atualizar julgamentos e estimativas, bem como divulgações relacionadas, para os impactos da incerteza econômica em andamento. O Grupo considerou a atual situação para realizar a análise de sensibilidade para refletir uma faixa razoável possível de mudanças nas taxas de juros e continuar a considerar o impacto que a inflação e as altas taxas de juros tiveram em seu desempenho e posição financeira. O aumento da inflação e das taxas de juros afetará as medições do valor justo, as estimativas de fluxo de caixa futuro esperado, as taxas de desconto usadas para determinar o valor presente dos fluxos de caixa, os indicadores de imparidade e os testes de imparidade. O aumento da inflação e das taxas de juros também pode causar incerteza significativa na estimativa em relação à medição de ativos e passivos de curta e longa duração. As entidades também podem precisar considerar novas ou expandidas divulgações nesta área. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para o Grupo. (c) **Reforma tributária sobre o consumo:** Em 20/12/2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar. Em 17/12/2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamenta parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16/01/2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025. Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do "IBS" tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31/12/2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Conseqüentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31/12/2024. **2.4 Conversão de moeda estrangeira:** (a) **Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o Grupo atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (milhares), que é a moeda funcional da Companhia também a moeda de apresentação do Grupo. (b) **Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas médias mensais ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidas na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receitas ou despesas financeiras. (c) **Empresas do Grupo com moeda funcional diferente:** Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue: (i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço. (ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações), e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações. (iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado do patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior e de empréstimos e outros instrumentos de moeda estrangeira designados como hedge desses investimentos são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda de venda. Ágio e ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior, são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento. As seguintes controladas do Grupo possuem moeda funcional diferente da moeda da Controladora:

Empresa	País	Moeda funcional
Sintex Minerals & Services Inc.	EUA	Dólar americano
U.S. Electrofused Minerals Inc.	EUA	Dólar americano
Mirafk S.A.	Uruguai	Dólar americano
Sintex Minerals de RL de CV	México	Peso mexicano
Sintex Minerals & Services Middle East LLC.	Omã	Rial omaniano
Elfusa Trading S.L.	Espanha	Euro

2.5 Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. **2.6 Instrumentos financeiros:** O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: • Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado); e • Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio do Grupo para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem: • Títulos patrimoniais que não são mantidos para negociação no reconhecimento inicial e que o Grupo decidiu, de forma irrevogável, reconhecer nessa categoria. Esses investimentos são estratégicos e o Grupo considera essa classificação como sendo mais relevante. • Títulos de dívida, nos quais os fluxos de caixa contratuais consistem basicamente em principal e em juros e o objetivo do modelo de negócios do Grupo é atingido por meio da arrecadação de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros. O Grupo classifica os seguintes ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: • Investimentos patrimoniais mantidos para negociação; e investimentos patrimoniais para os quais a entidade não optou por reconhecer ganhos e perdas por meio de outros resultados abrangentes. Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, isso dependerá do Grupo ter feito ou não a opção irrevogável, no reconhecimento inicial, por contabilizar o investimento patrimonial ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **2.7 Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou *impairment*). Na prática o valor justo das contas a receber de clientes não diverge das vendas, considerando os prazos médios de recebimento. **2.8 Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, exceto os produtos agrícolas em formação, que são demonstrados ao seu valor justo. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. Os itens de manutenção utilizados dentro do exercício também estão registrados no estoque. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. **2.9 Imobilizado:** Terrenos e edificações compreendem, principalmente: minas, fábricas e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edificações	25 a 60
Máquinas, veículos e equipamentos	1 a 40
Móveis e utensílios	5 a 20

Oxicur Participações S.A.

	Anos
Veículos	5 a 15
Equipamento eletrônico	3 a 15

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são reavaliados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas)", líquidos na demonstração do resultado. **2.10 Ativos intangíveis:** (a) **Softwares:** As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis se estiverem disponíveis para uso. • A administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo. • O software pode ser vendido ou usado. • Pode-se demonstrar que é provável que o software gerará benefícios econômicos futuros. • Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software. • O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos. (b) **Recursos minerários:** Os recursos minerários são capitalizados com base nos custos incorridos para adquirir os direitos de lavra das minas, fazer com que estes estejam prontos para ser utilizados e também pela quantidade de minérios analisada para aquela mina. Estes custos são exauridos conforme volumes extraídos a cada exercício. **2.11 Ativo biológico:** Os ativos biológicos correspondem a florestas de eucalipto e café. O processo de colheita e replantio tem um ciclo de aproximado de 7 anos para o eucalipto e 3 anos para o café, variável com base na cultura e material genético a que se refere. Os ativos biológicos são mensurados ao valor justo. A avaliação dos ativos biológicos baseada no método do fluxo de caixa futuro descontado é realizada anualmente pelo Grupo, sendo o ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos reconhecidos no resultado do exercício em que ocorrem, em linha específica no resultado, denominada "variação do valor justo dos ativos biológicos". O aumento ou diminuição no valor justo é determinado pela diferença entre os valores justos dos ativos biológicos no início do exercício e no final do exercício, menos os custos incorridos de plantio no desenvolvimento dos ativos biológicos e a exaustão do período. **2.12 Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, o valor justo das contas a pagar a fornecedores não diverge do valor das compras, considerando os prazos médios de pagamento. **2.13 Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Instrumentos financeiros compostos, os quais possuem componentes de passivo financeiro (dívida) e de patrimônio líquido, emitidos pela Companhia compreendem títulos que podem ser convertidos em capital social à opção do titular, e o número de ações a serem emitidas não varia com as mudanças em seu valor justo. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **2.14 Provisões:** As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia ou o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidação é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.15 IRPJ e CSLL corrente e diferido:** As despesas de IRPJ e CSLL do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de IRPJ e a CSLL corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades da Companhia atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O IRPJ e a CSLL corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montante a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O IRPJ e a CSLL diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o IRPJ e a CSLL diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O IRPJ e a CSLL diferidos não são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. **2.16 Capital social:** As ações são classificadas no patrimônio líquido. **2.17 Distribuição de lucros e juros sobre capital próprio:** A distribuição de lucros e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia no momento no qual a distribuição é por eles aprovada, ou ao final do exercício social, pelo valor mínimo estabelecido no Estatuto Social. **2.18 Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. (a) **Venda de produtos e serviços:** A Companhia e o Grupo reconhecem a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e o Grupo. A Companhia e o Grupo baseiam suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. (b) **Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento. **2.19 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2024. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). • **Alteração ao IAS 21 - Falta de conversibilidade:** em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. O Grupo não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras. • **Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** em 30/05/2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis às empresas em geral e não apenas às instituições financeiras. As alterações: (a) esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa; (b) esclarecem e adicionam orientações para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente; (c) adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de

metas ESG); e (d) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"). As referidas alterações têm vigência a partir de 01/01/2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras. • **Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza:** em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de *own use* e *hedge accounting* previstos no IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, bem como adicionou certos requerimentos de divulgações do IFRS 7 - Instrumentos Financeiros - Evidenciação, com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, energia solar, etc.), descritos como "contracts referencing nature-dependent electricity". Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza. As alterações trazem: (i) orientações para a determinação da entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de *own use*; (ii) (ii) condições a serem consideradas para aplicação de *hedge accounting* (*cash flow hedge*) e; (iii) (iii) divulgações sobre características contratuais que expõe a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício. As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/períodos iniciados a partir de 01/01/2026. O Grupo está em processo inicial de análise dos efeitos dessas alterações em suas demonstrações financeiras, porém não espera que resultem em impactos materiais. • **IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados: • Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido do Grupo, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado. • Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação. Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente no balanço patrimonial, o Grupo desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial. • O Grupo não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentadas por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1. • No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento. A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31/12/2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18. • **IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas:** Divulgações: emitida em maio de 2024, essa nova norma permite que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob IFRS apliquem requisitos de divulgação reduzidos. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 01/01/2027. O Grupo não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras. Não se espera que essas novas normas e alterações de normas tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Não há outras normas contábeis IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão descritas a seguir: (a) **Provisões para contingências:** O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais e administrativos que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos, internos e externos. A Administração acredita que essas contingências estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras. (b) **Vida útil do ativo imobilizado e intangível:** Conforme apresentado na Nota 13 e 14, a depreciação do ativo imobilizado e amortização do intangível são calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens e direitos. A vida útil é baseada em laudos de engenheiros especializados contratados no mercado, que são reavaliados regularmente. A Administração acredita que a vida útil esteja corretamente avaliada e apresentada nas demonstrações financeiras. (c) **Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada em função das perdas avaliadas como prováveis. A administração acredita que a provisão reflete adequadamente a expectativa de perda. (d) **IRPJ, CSLL e outros impostos:** O Grupo está sujeito ao imposto sobre a renda em todos os países em que opera. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses diversos países. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. O Grupo também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado. (e) **Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. O Grupo utilizou a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo de valor justo de diversos ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ativos estes não negociados em mercados ativos (Nota 5). **4. Gestão de risco financeiro: 4.1 Fatores de risco financeiro:** As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. O Grupo não usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco. A gestão de risco é realizada pela administração central juntamente com o Diretor Superintendente do Grupo. (a) **Risco de mercado:** (i) **Risco cambial:** O Grupo possui forte atuação internacional, principalmente através de suas controladas nos Estados Unidos Sintex Minerals and Services LLC e U.S. Electrofused Minerals Inc., no Uruguai através da Mirafk S.A., no México através da Sintex Minerals, S. DE R.L. DE C.V., em Omã através da Sintex Minerals & Services Middle East LLC e na Espanha através Elfusa Trading. Sejam os investimentos, sejam as transações de vendas realizadas pelo Grupo geram ativos em Dólares e Euros. Tais riscos a exposição cambiais são mitigados através da contratação de ACCs e ACes. Adicionalmente a exposição cambial é acompanhada pela administração que avalia periodicamente os riscos existentes nos ativos e passivos atrelados a outras moedas. (ii) **Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros:** O Grupo não possui uma exposição alta a ativos e passivos que variem fortemente em relação à taxa de juros, as maiores exposições são ao CDI no mercado interno brasileiro e a taxa básica da economia dos Estados Unidos. (b) **Risco de crédito:** O risco de crédito é administrado corporativamente e por cada empresa do Grupo individualmente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber e considerado pela administração do Grupo como sendo baixo, contudo, o monitoramento contínuo das operações é essencial para poder mitigar o risco de um crédito não ser recebido. (c) **Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais do Grupo e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, não obstante cada empresa do Grupo visa melhorar e manter sua liquidez.

	Consolidado		
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Em 31/12/2024			
Fornecedores e outras contas a pagar	116.556	23.445	-
Empréstimos e financiamentos	14.772	42.558	2.562
Adiantamentos de contratos de câmbios entregues	147.901	-	-
Impostos parcelados	81	219	-
Em 31/12/2023			
Fornecedores e outras contas a pagar	86.696	1.016	-
Empréstimos e financiamentos	8.300	9.886	34.641
Adiantamentos de contratos de câmbios entregues	139.406	-	-
Impostos parcelados	185	279	-

4.2 Gestão de capital: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital da Companhia, a administração pode, por opção, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Os contratos de empréstimo possuem cláusulas de vencimento antecipados padrão de mercado, tais como: pedido de recuperação judicial; protestos de títulos; multas sócias ambientais, etc. Estes pontos são monitorados constantemente pela administração e também pelas instituições financeiras.

continuação



continuação

Oxicur Participações S.A.

Consolidado		Controladora		Consolidado		Demonstração do resultado - Sublime Technologies Proprietary Limited:			
2024	2023	2024	2023	2024	2023	30/11/2024	30/11/2024	31/12/2023	31/12/2023
		Custo amortizado				R\$			
Dívida líquida	(92.511)	(107.387)							
Total do patrimônio líquido	1.171.589	1.077.114							
Capital total	1.079.078	969.727							
Índice de avanço financeiro - %	0%	0%							
<p>4.3 Estimativa do valor justo: Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.</p>									
<p>5. Instrumentos financeiros por categoria:</p>									
		2024		2023					
		Controladora		Consolidado					
		Custo amortizado		Total					
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	13.275	13.275							
Dividendos a receber	6.684	6.684							
	19.959	19.959							
Passivos									
Fornecedores	(4)	(4)							
Dividendos a pagar	(78.859)	(78.859)							
	(78.859)	(78.859)							
<p>10. Dividendos a receber:</p>									
		2024		2023					
		Controladora		Consolidado					
		Custo amortizado		Total					
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	13.275	13.275							
Dividendos a receber	6.684	6.684							
	19.959	19.959							
Passivos									
Fornecedores	(4)	(4)							
Dividendos a pagar	(78.859)	(78.859)							
	(78.859)	(78.859)							
<p>11. Outros ativos:</p>									
		2024		2023					
		Controladora		Consolidado					
		Custo amortizado		Total					
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	29.761	29.761							
Dividendos a receber	5.878	5.878							
	35.639	35.639							
Passivos									
Fornecedores	(3)	(3)							
Dividendos a pagar	(107.796)	(107.796)							
	(107.799)	(107.799)							
<p>12. Investimentos:</p>									
		2024		2023					
		Controladora		Consolidado					
		Custo amortizado		Total					
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	29.761	29.761							
Dividendos a receber	5.878	5.878							
	35.639	35.639							
Passivos									
Fornecedores	(3)	(3)							
Dividendos a pagar	(107.796)	(107.796)							
	(107.799)	(107.799)							
<p>13. Imobilizado:</p>									
		2024		2023					
		Controladora		Consolidado					
		Custo amortizado		Total					
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	29.761	29.761							
Dividendos a receber	5.878	5.878							
	35.639	35.639							
Passivos									
Fornecedores	(3)	(3)							
Dividendos a pagar	(107.796)	(107.796)							
	(107.799)	(107.799)							
<p>14. Intangível:</p>									
		2024		2023					
		Controladora		Consolidado					
		Custo amortizado		Total					
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	300.304	300.304							
Contas a receber de clientes CP	274.620	274.620							
Depósitos judiciais	27.891	27.891							
Outros ativos	6.193	6.193							
	609.008	609.008							
Passivos									
Fornecedores CP	(95.842)	(95.842)							
Empréstimos e financiamentos CP	(14.772)	(14.772)							
Adiantamentos contratos câmbios entregues	(147.901)	(147.901)							
Dividendos a pagar	(83.342)	(83.342)							
Empréstimos e financiamentos LP	(45.120)	(45.120)							
	(386.977)	(386.977)							
<p>6. Caixa e equivalentes de caixa:</p>									
		2024		2023					
		Controladora		Consolidado					
		Custo amortizado		Total					
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	299.620	299.620							
Contas a receber de clientes CP	201.484	201.484							
Contas a receber de clientes LP	1.052	1.052							
Depósitos judiciais	25.806	25.806							
Outros ativos	2.151	2.151							
	530.113	530.113							
Passivos									
Fornecedores CP	(71.649)	(71.649)							
Empréstimos e Financiamentos	(8.300)	(8.300)							
Adiantamentos contratos câmbios entregues	(139.406)	(139.406)							
Dividendos a pagar	(111.546)	(111.546)							
Empréstimos e financiamentos LP	(44.527)	(44.527)							
	(375.428)	(375.428)							
<p>O Grupo avalia as evidências de perda dos saldos de contas a receber e constituiu provisão para fazer frente a eventuais perdas. A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:</p>									
		2024		2023					
		Controladora		Consolidado					
		Custo amortizado		Total					
Ativos									
Caixa	1	1							
Bancos conta corrente	118.961	76.278							
Aplicações de Renda Fixa	13.274	29.760							
	13.275	29.761							
Passivos									
Clientes no país	156.455	45.803							
Clientes no exterior	127.799	165.640							
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(9.634)	(8.907)							
	274.620	202.536							
Circulante	274.620	201.484							
Não circulante	-	1.052							
<p>O Grupo avalia as evidências de perda dos saldos de contas a receber e constituiu provisão para fazer frente a eventuais perdas. A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:</p>									
		2024		2023					
		Controladora		Consolidado					
		Custo amortizado		Total					
A vencer	234.321	141.495							
Vencidos até 3 meses	25.919	44.177							
Vencidos de 3 a 6 meses	18.504	17.103							
Vencimentos acima de 6 meses (i)	5.510	8.668							
	284.254	211.443							
<p>(i) O Grupo firmou acordos com os clientes que possuem títulos vencidos há mais de 6 meses e não estão provisionados para perda. Estes acordos possuem garantias reais, e por isso a administração não considerou estes recebíveis na provisão de impairment. A variação do saldo na controladora é devido à revisão das garantias de imóveis de clientes com o valor de mercado. As movimentações na provisão para provisão para créditos de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes são as seguintes:</p>									
		2024		2023					
		Controladora		Consolidado					
		Custo amortizado		Total					
Saldo inicial	8.907	8.586							
Reversão	(4.405)	(2.852)							
Provisão	3.041	5.495							
Variação cambial	2.091	(2.322)							
Saldo Final	9.634	8.907							
<p>8. Estoques:</p>									
		2024		2023					
		Controladora		Consolidado					
		Custo amortizado		Total					
Produtos acabados	262.601	218.497							
Produtos em elaboração	109.084	104.346							
Matéria-prima	56.642	57.076							
Almoxarifado	45.405	46.939							
Material secundário	21.037	28.969							
Material de embalagem	1.698	1.484							
Produtos para revenda	392	384							
Estoque em trânsito	238	189							
Provisão para perda em estoque	(5.712)	(11.515)							
	491.385	446.369							
<p>A movimentação da provisão para perda em estoque são a seguir:</p>									
		2024		2023					
		Controladora		Consolidado					
		Custo amortizado		Total					
Saldo inicial	11.515	10.796							
Reversão	(10.044)	(12.609)							
Constituição	3.504	14.103							
Variação cambial	737	(775)							
Saldo Final	5.712	11.515							
<p>9. Impostos a recuperar:</p>									
		2024		2023					
		Controladora		Consolidado					
		Custo amortizado		Total					
ICMS a recuperar	-	23.205							
IPI a recuperar	-	2.820							
PIS a compensar	-	3.427							
Cofins a compensar	-	19.604							
ICMS a recuperar sobre compra de imobilizado	-	1.545							
IRRF provisionado	136	536							
IRRF a recuperar	699	1.785							
Reintegra a recuperar	-	1.565							
IRPJ a compensar	-	6.968							
CSSL a compensar	-	2.298							
	81.972	13.524							
<p>10. Dividendos a receber:</p>									
		2024		2023					
		Controladora		Consolidado					
		Custo amortizado		Total					
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	13.275	13.275							
Dividendos a receber	6.684	6.684	</						



continuação

Oxicur Participações S.A.

nistração somente ao final do exercício. A partir de janeiro de 2012, o Grupo decidiu por recompor mensalmente o valor do ativo biológico, no mesmo montante do ajuste do valor da exaustão do ativo biológico à valor justo, reconhecido no Custo do Produto Vendido do período. O Grupo baseou-se no fato de manter a mesma quantidade de hectares cultivados e investimentos em silvicultura ao longo do ano, prevendo o abastecimento normal da fábrica para os próximos anos. A exaustão dos ativos biológicos do exercício foi apropriada diretamente ao custo de produção, após alocação nos estoques mediante colheita das florestas e utilização no processo produtivo. 16. Fornecedores:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fornecedores no país	4	3	66.105	57.838
Fornecedores no exterior	-	-	29.429	13.369
Outras contas a pagar	-	-	308	442
	4	3	95.842	71.649

17. Empréstimos e financiamentos:

	Consolidado	
	2024	2023
Financiamento de máquinas e equipamentos	14.834	14.044
Empréstimo capital de giro	42.813	36.000
Financiamento de veículos	2.245	2.783
	59.892	52.827

Circulante 14.772 8.300
Não circulante 45.120 44.527
As taxas de financiamentos de máquinas e veículos oscilam entre 7% e 8% a.a. com garantia do próprio bem. A taxa de empréstimo capital giro - EUA é de 3% a.a. com garantia o estoque do produto adquirido. Os bancos com os quais a Companhia opera são considerados, pela administração, como bancos de primeira linha. A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2024	2023
Saldo Inicial	52.827	93.612
Ingresso empréstimo e financiamento	15.664	40.053
Amortização juros	(6.888)	(2.529)
Amortização principal	(5.880)	(80.839)
Juros provisionados	6.887	2.530
Total operação continuada	62.610	52.827
Descontinuidade operação:		
Sublime	(1.403)	-
Varição cambial	(1.315)	-
Total descontinuidade operação	(2.718)	-
Total	59.892	52.827

O vencimento dos contratos de financiamentos está demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	2024	2023
2024	8.300	8.300
2025	14.772	10.886
2026	38.092	33.641
Após 2026	7.028	-
	59.892	52.827

18. Adiantamento contratos câmbios entregues:

	Consolidado	
	2024	2023
Banco Bradesco	50.659	68.558
Banco do Brasil	9.422	27.141
Banco Itaú Unibanco	76.679	31.454
Banco Santander S.A	11.141	12.253
	147.901	139.406

As taxas dos contratos câmbios entregues oscilam entre 4,5% a.a. 6,5% a.a. Os bancos com os quais a empresa opera são considerados pela administração como bancos de primeira linha.

A movimentação do adiantamento de contrato de câmbios entregues está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2024	2023
Saldo Inicial	139.406	147.870
Ingresso de ACC/ACE	477.394	284.823
Juros pagos	(11.556)	(8.141)
Juros provisionados	16.221	11.875
Liquidação ACE	(503.692)	(288.846)
Varição cambial	30.128	(8.175)
Saldo Final	147.901	139.406

19. Impostos e contribuições a recolher:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
IRRF a recolher	2	1	1.449	1.361
ISS a recolher	-	-	448	303
ICMS a recolher	-	-	453	560
IPI a recolher	-	-	69	78
PIS a recolher	-	-	100	114
COFINS a recolher	-	-	459	482
Outros encargos a recolher	9	12	5.366	4.235
	11	13	8.344	7.133

20. Impostos parcelados:

	Consolidado	
	2024	2023
IRPJ e CSLL parcelado	81	185
Total circulante	81	185
IRPJ e CSLL parcelado	219	279
Total não circulante	219	279
	300	464

A análise de vencimentos do parcelamento fiscal está apresentada abaixo:

	Consolidado	
	2024	2023
2024	-	185
2025	81	192
2026	54	187
Após 2026	165	-
	300	464

21. Salários e encargos:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Salários a pagar	40	39	6.652	5.388
INSS a recolher	-	-	3.467	3.889
FGTS a recolher	-	-	980	1.147
Processos trabalhistas a pagar	-	-	39	76
Provisão de férias	-	-	12.166	9.297
Provisão participação nos lucros	-	-	4.799	3.007
Outros Encargos	-	-	404	327
	40	39	28.507	23.131

22. Provisões diversas:

	Consolidado	
	2024	2023
Provisões trabalhistas (i)	7.092	6.121
Provisões para o encerramento de mina (ii)	843	938
Provisões tributárias (i)	27.205	22.536
Provisões contingências diversas (iii)	40.944	37.093
	76.084	66.688

A controladora não possui processos de qualquer natureza em andamento. (i) O Grupo é parte envolvida em processos trabalhistas e tributários, em andamento, e está discutindo essas questões em esfera judicial. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada por seus assessores legais externos. (ii) O Grupo possui diversas minas abertas das quais são preparadas para utilização. A preparação dessas ocorrem no desmatamento da mata e preparação do solo. O valor reconhecido desta provisão é composto pelos custos incorridos na recuperação do local prejudicado. (iii) O Grupo possui provisão de contingências diversas oriundas de provisão de pessoa jurídica. A movimentação dos saldos de provisões diversas pode ser assim demonstrada:

	Consolidado	
	2024	2023
Saldo inicial	66.688	54.846
Pagamentos e (reversões) realizados	(3.280)	(5.779)
Provisões constituídas	15.259	17.621
Baixa operação descontinuada	(2.583)	-
Saldo final	76.084	66.688

(a) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço: A controladora possui ações de natureza tributária, civil e trabalhista envolvendo risco de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais. Desta maneira, em conformidade com as políticas contábeis adotadas no Brasil, não há provisão constituída, em 31/12/2024, no montante de R\$ 222.138 (2023 - R\$ 126.598). A subsidiária Mineração Curimbaba Ltda. efetuou depósito judicial de forma conservadora no processo que trata a classificação fiscal junto à Receita Federal do Brasil, no valor de R\$ 18 milhões. A controladora classifica seus produtos como industrializados, em linha com o que se segue todos os fabricantes a nível mundial, e ainda possui patentes de todos os produtos. A Receita Federal classificou de forma arbitrária e divergente do entendimento da subsidiária. A discussão está em duas esferas, em âmbito administrativo junto à RFB, e judicial.

23. Outras contas a pagar:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Contas a pagar diversas	-	3	7.174	6.143
Comissões a pagar	-	-	1.481	1.210
Venda de entrega futura	-	-	1.258	109
Processo trabalhista a pagar	-	-	823	885
Infração Ambiental a pagar	-	-	42	-
Outras obrigações (i)	-	-	22.580	-
Provisão de fretes	-	-	6.025	2.436
Serviços a pagar	-	-	4.776	5.280
	-	-	34.159	16.063
Circulante	-	-	20.714	15.047
Não Circulante	-	-	23.445	1.016

(i) No mês de maio/2024 foi adquirida parte das ações dos minoritários (18,19%) da coligada U.S. Electrofused Minerals Inc. O valor total da aquisição foi de US\$ 6.600, em junho de 2024 foi pago o valor de US\$ 3.000 e o restante será pago até 2027. 24. Patrimônio líquido: (a) Capital social: O capital social em 31/12/2024 está totalmente subscrito e integralizado totalizando R\$ 152.000 representado por 152.000.000 ações no valor nominal de R\$ 1,00 cada. (b) Reserva legal e retenção de lucros: A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Após a constituição da reserva legal e da provisão dos dividendos mínimos obrigatórios, o saldo terá o destino que a Assembleia Geral determinar, tendo em vista a proposta da diretoria. (c) Distribuição mínimos obrigatórios: Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo correspondente a 50% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária brasileira e o estabelecido no estatuto social.

	Consolidado	
	2023	2023
Lucro líquido do exercício	15.946	15.946
Reserva legal (5%)	(797)	(797)
Base de cálculo dos dividendos	15.149	15.149
Dividendos mínimos obrigatórios (50%)	7.574	7.574
Total de dividendos destinados	7.574	7.574
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	50%	50%

(d) Ajustes Acumulados de Conversão - CTA: O saldo de R\$ 100.043 refere-se a ganho ou perdas de variação cambial no investimento de coligadas no exterior. (e) Distribuição de dividendos:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo inicial	107.796	104.631	107.796	104.631
Dividendos mínimos obrigatório	-	-	7.574	7.574
Dividendos adicionais aprovados pelos acionistas (i)	(28.941)	-	2.825	-
Dividendos distribuídos	-	-	(7.234)	-
	78.855	107.796	107.796	111.546

	Consolidado	
	2024	2023
Dividendos mínimos obrigatório	-	7.574
Dividendos adicionais aprovados pelos acionistas (i)	3.800	2.825
Dividendos aos acionistas não controladores	4.277	3.124
Dividendos distribuídos	(36.281)	(11.323)
Reversão	-	(14.112)
	83.342	111.546

(i) Dividendos adicionais aprovados em Assembleias Gerais Extraordinárias datadas 15/10/2024.

25. Receita líquida: A reconciliação entre as vendas brutas e as receitas líquidas é como segue:

	Consolidado	
	2024	2023
Vendas brutas de produtos e serviços	1.495.932	1.111.196
Devoluções	(49.590)	(19.000)
Impostos sobre vendas	(119.909)	(102.917)
	1.326.433	989.279

26. Despesas e custos por natureza:

	Consolidado	
	2024	2023
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	419.867	320.866
Consumo materiais	135.566	119.929
Salários, encargos e benefícios	73.757	53.881
Manutenções	78.845	45.320
Serviços profissionais	23.048	19.005
Depreciação, amortizações e exaustão	52.545	45.956
Energia elétrica	84.851	67.618
Combustível e gás	4.893	3.984
Pedágios e seguros	14.971	15.803
Aluguéis de curto prazo	28.380	20.089
Fretes	6.617	3.396
Viagens	404	320
Donativos e contribuições	5.410	14.300
Outros custos	690	1.450
Custos mercadorias revendidas	(12.988)	18.920
Varição do estoque	916.856	750.843
	1.326.433	989.279

	Consolidado	
	2024	2023
Despesas de vendas	34.651	32.015
Fretes mercado interno	40.729	28.204
Fretes mercado externo	7.324	5.987
Desembaraço aduaneiro	2.436	1.997
Comissões	19.060	14.554
Salários, encargos e benefícios	6.463	4.126
Viagens	2.504	1.293
Armazenagem	30.953	12.451
Despesas exportações	3.914	1.557
Capatazias	7.941	4.256
Serviços profissionais	335	311
Manutenções	1.020	886
Donativos e contribuições	192	200
Depreciação	202	173
Outras despesas	157.724	108.010

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Despesas administrativas	577	360	33.660	31.129
Salários, encargos e benefícios	22	9	4.637	4.248
Viagens	304	134	37.622	32.917
Serviços profissionais	41	29	2.733	2.290
Manutenções	35	33	939	845
Telecomunicações	-	-	1.239	1.105
Donativos e multas	64	64	5.256	5.775
Depreciação	193	184	7.934	4.645
Outras despesas	-	-	185	340
Leasing	24	24	6.820	6.080
Seguros	70	61	1.685	2.820
Aluguel	-	-	157	290
Honorários	-	-	5.080	1.456
Impostos e taxas diversos	1.330	898	108.217	93.940

27. Despesa de benefícios a empregados:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Salários e benefícios	487	301	148.124	143.998
Encargos previdenciários	77	46	32.007	23.789
Fundo garantia por tempo serviço	13	13	8.155	7.696
	577	360	188.286	175.483
Número de empregados (média anual) - não auditado	5	4	1.884	1.611

28. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Ajuste de inventário	-	-	(1.603)	(616)
Recuperações de impostos	-	-	253	2.331
Outras receitas	-	-	5.968	340
Dividendos recebidos	-	-	64	28
Vendas de ativo	-	-	20	649
Perdas realização do estoque	-	-	401	(3.081)
Outras despesas	-	-	(3)	(2.093)
Vendas de energia	-	-	(2.754)	(5.859)
PIS/COFINS s/ Receitas Aluguéis	-	-	-	(353)
PIS/COFINS s/ Receitas Financeiras	(104)	(157)	(534)</	



continuação

Oxicur Participações S.A.
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas **Oxicur Participações S.A. Opinião com ressalva:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Oxicur Participações S.A. ("Companhia" ou "Controladora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31/12/2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31/12/2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva:** Conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido, em 31/12/2024 e de 2023, a Companhia apresenta excesso de reservas de lucros sobre o saldo de capital social. Até a presente data, os acionistas da Companhia não contemplaram, em assembleia geral, a previsão de destinação desse excesso para aumento de capital ou à distribuição de dividendos, o que faz com que a Companhia não esteja plenamente aderente ao que requer a Lei no 6.404/76. Não nos foi praticável estimar os impactos que essa não aderência integral aos requisitos da referida Lei pode ter sobre a Companhia e suas demonstrações financeiras em 31/12/2024 e 31/12/2023, respectivamente. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da

Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de

auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 23/04/2025

PricewaterhouseCoopers
Audidores Independentes
CRC 2SP000160/F-5

Fábio Abreu de Paula
Contador
CRC1MG075204/0-0

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/86FC-B320-E90C-C8B7> ou vá até o site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 86FC-B320-E90C-C8B7



Hash do Documento

mCs5NQ97wvtHYfm3SSV/cdFRfXo2yCem3MhZ5XYzsrU=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 02/05/2025 é(são) :

Ruy Adriano Borges Muniz (ADMINISTRADOR) - 19.207.588/0001-87 em 02/05/2025 18:00

UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - EDIMINAS S A EDITORA GRAFICA INDUSTRIAL DE MINAS - 19.207.588/0001-87

